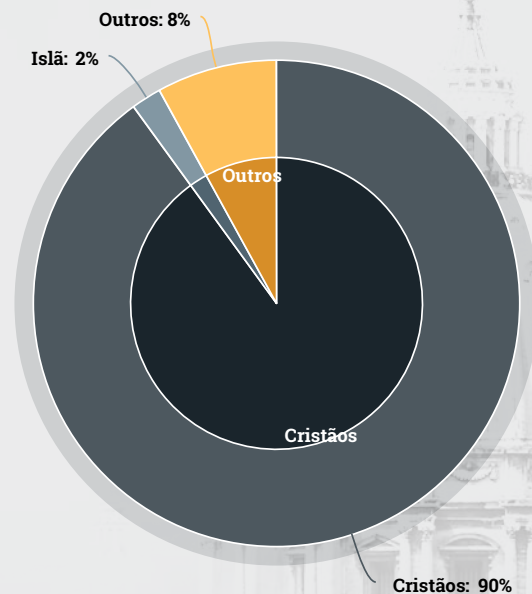
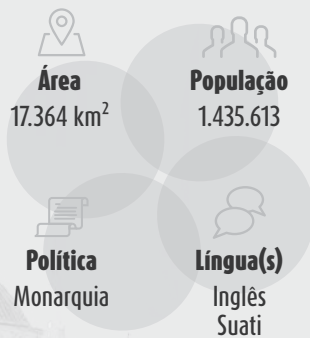


Suazilândia



Nos últimos anos, este pequeno país da África Austral rodeado por terra tem se tornado cada vez mais um paraíso para os refugiados das regiões da África devastadas por crises. De acordo com o ACNUR, o número de refugiados aumentou 25% em 2013.^[1] A maior parte dos deslocados vêm de zonas em guerra na África Central e Oriental para a Suazilândia,^[2] que se tornou um lar temporário ou mesmo permanente para pessoas de países em crise, como Moçambique e o Zimbábue.

A Suazilândia é um paraíso particularmente atraente para os refugiados porque é vizinha da grande e economicamente forte África do Sul. Por outro lado, a perspectiva para os imigrantes na Suazilândia piorou significativamente na sequência da grande seca de 2015/2016. Praticamente todos os países da África Austral foram afetados pela seca, que em alguns lugares dizimou colheitas ou as eliminou por completo.

Embora a vida religiosa na Suazilândia seja diversificada, a vasta maioria é constituída por cristãos. As Igrejas africanas independentes estão representadas, além dos Protestantes, Anglicanos e Católicos. As Igrejas estão envolvidas no Conselho de Igrejas da Suazilândia (CSC).^[3] Crê-se que cerca de 40% da população pratica uma mistura entre ritos cristãos e ritos africanos tradicionais, referidos localmente como 'Sionismo'.^[4]

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição de 2005 da Suazilândia reconhece e protege a liberdade religiosa. A seção 20 (subseção 2) afirma: "...uma pessoa não pode ser discriminada por motivos de gênero, raça, cor, origem étnica, tribo, nascimento, credo ou religião, ou por situação social ou econômica, opinião política, idade ou deficiência".^[5] A subseção 3 afirma: "Para os fins desta seção, "discriminar" significa dar tratamento diferente a diferentes pessoas". A seção 23 (subseção 1) refere: "Uma pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência ou religião." A Constituição também protege a "liberdade de culto, sozinho ou em comunidade".

Ao mesmo tempo, as leis e costumes tradicionais que são interpretados pelos tribunais tradicionais e os 360 chefes de aldeia também protegem o direito da pessoa se envolver no culto, incluindo as religiões não cristãs. Contudo, os chefes de aldeia têm direito a pressionar as suas comunidades para promover uma forma de culto específica, dizendo que ela está relacionada com as tradições locais.^[6]

[1] ACNUR 2016

[2] <https://www.laenderdaten.info/Afrika/Swasiland/fluechtlinge.php>

[3] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report 2014

[4] ibidem

[5] http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=217889

[6] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report 2014

Os grupos religiosos devem obter aprovação estatal para construir novos locais de culto nas cidades e a aprovação dos chefes de aldeia para construir casas de culto nas zonas rurais.^[7] As leis do país requerem o registro por parte dos grupos religiosos e igrejas. As comunidades que se definem como cristãs devem apresentar o pedido de registro a uma das três associações nacionais interconfessionais: a Liga das Igrejas, a Conferência de Igrejas da Suazilândia ou o Conselho de Igrejas da Suazilândia. Isto é necessário para obterem uma recomendação para o registro estatal.^[8]

Após obterem esta recomendação, o Ministério da Justiça registra a organização. No caso dos grupos religiosos não cristãos, os requisitos de registro são cumpridos se existir um líder, uma congregação e um local de culto. As Igrejas e grupos organizados estão isentos de imposto sobre o rendimento.

O Conselho de Igrejas da Suazilândia inclui anglicanos, católicos (na qualidade de observadores), menonitas, episcopalianos e metodistas.^[9] A Liga das Igrejas representa a Comunidade Sionista e as outras Igrejas africanas independentes.^[10] A Conferência de Igrejas da Suazilândia representa os Evangélicos.^[11] As três organizações trabalham em conjunto em projetos de desenvolvimento rural e em assuntos gerais da missão. Emitem declarações sobre acontecimentos atuais, incluindo sobre questões contenciosas. E apelaram em conjunto a que a liberdade religiosa fosse incluída numa nova versão da Constituição.

A educação religiosa é uma disciplina obrigatória nas escolas de ensino fundamental, mas é opcional nas escolas de ensino médio.^[12] No programa escolar, a educação religiosa inclui todas as religiões. Contudo, na prática a religião é ensinada nas escolas numa perspectiva cristã. Os únicos grupos religiosos de jovens autorizados nas escolas são cristãos. Em muitas escolas públicas, há voluntários que orientam as orações públicas e as celebrações litúrgicas. Sexta-feira Santa, Segunda-feira de Páscoa, Ascensão e Natal (25 de Dezembro) são feriados nacionais.^[13]

Muitas das atividades religiosas cristãs são apoiadas pelo Governo e pela família real do país (a Suazilândia é uma monarquia conservadora). Em princípio, as autoridades cobrem os custos de transporte de peregrinos e visitas a santuários. A rádio e a televisão estatais emitem programação religiosa cristã, o que leva sempre a protestos públicos da parte de grupos não cristãos, a quem não é concedido qualquer tempo de emissão na rádio ou na televisão públicas.^[14]

[7] ibidem

[8] ibidem

[9] <http://councilofswazilandchurches.org>

[10] https://sv.wikipedia.org/wiki/League_of_African_Churches

[11] <http://swazilandcc.org/aboutus/>

[12] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report 2014

[13] https://en.wikipedia.org/wiki/Public_holidays_in_Swaziland

[14] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom

INCIDENTES

Há relatos ocasionais de casos de discriminação por razões religiosas, em especial nas comunidades rurais e direcionados para grupos não cristãos.^[15] Os principais jornais da Suazilândia, o Swazi Observer (órgão do Governo) e o independente Times of Swaziland, publicaram repetidas vezes artigos de opinião apelando a que as empresas geridas por muçulmanos sejam expulsas das zonas rurais, para dar espaço aos empresários que são membros do povo Suazi.^[16] Este exemplo mostra uma vez mais que a cooperação entre comunidades religiosas que fortalece a sociedade pode começar a falhar em tempos de dificuldades econômicas, em particular nas sociedades com um leque alargado de religiões.

O papel da família real na Suazilândia não é isento de controvérsia. Apesar da grande pobreza e do elevado nível de desemprego, o Rei Mswati III quer dar continuidade à construção planejada de uma igreja na antiga capital, Lobamba. De acordo com o semanário African Independent, espera-se que a catedral custará 140 milhões de Euros e que terá espaço para cerca de 30 mil fiéis. Os ativistas são críticos do apelo ao apoio a este projeto através de donativos da população. Neste momento, a maioria das pessoas na Suazilândia não consegue sobreviver sem donativos externos, de acordo com Sibusiso Nhlabatsi, o porta-voz da organização Swaziland Lawyers for Human Rights [Advogados da Suazilândia para os Direitos Humanos]. O rei é criticado pelo seu estilo de vida alegadamente extravagante enquanto 63% da população do país vive na pobreza. De acordo com o Banco Mundial, este país da África Austral é um dos mais pobres do mundo. Até à data, foram realizadas grandes celebrações da Missa em estádios.^[17]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Em geral, é pouco provável que a coexistência religiosa pacífica na Suazilândia vá entrar em tensão no futuro próximo. Há motivo de preocupação, contudo, como consequência do aumento da política repressiva do Governo para com a oposição, além dos problemas econômicos prolongados do país. Resta saber se estes dois desenvolvimentos vão ter um impacto duradouro na coexistência religiosa.

Report 2014

[15] ibidem

[16] ibidem

[17] http://de.radiovaticana.va/news/2016/03/05/swasiland-k%C3%B6nig_plant_trotz_armut_volkfinanzierte_kirche/1212999